

Problemas de identidade

Renato Garcia e Flávio Pessoa

Maria Regina Rodrigues, Regina Célia Ribeiro ou Regina Célia da Cruz Ribeiro. Seja qual for seu verdadeiro nome, ela conseguiu provar que o sofisticado sistema de identificação implantado no Detran, anunciado como um dos mais seguros do mundo e com o qual o governo do estado já gastou cerca de R\$ 50 milhões, não consegue impedir uma das fraudes mais comuns: a de uma pessoa que, com as próprias impressões digitais, tira mais de uma carteira de identidade, com dados totalmente diferentes.

Um relatório dos chefes de serviços, setores e seções do Instituto Félix Pacheco (IFP) e outro da Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado do Rio de Janeiro enumeram os erros do Consórcio Match, formado pelo Detran e pela Montreal Informática, na instalação do sistema automático de identificação por impressão digital (Afis) e na informatização do arquivo criminal do estado. Nos documentos, os técnicos sugerem uma auditoria em todo o processo de informatização do IFP e num decreto assinado em janeiro de 1997 pelo então governador Marcello Alencar. O decreto, cuja legalidade questionam, transferiu do IFP para o Detran o Serviço de Identificação Civil. A medida é motivo de conflitos entre servidores da Polícia Civil e do Detran.

Os relatórios foram enviados para o coordenador da Polícia Técnica e Científica, Carlos Augusto Neto Leba, e para o diretor do Instituto Félix Pacheco, Edilson Campos Pinheiro. Leba os remeteu ao chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, com a seguinte observação: "os fatos narrados não de merecer o conhecimento e a intervenção da administração superior da Polícia Civil". Edilson Campos endossou o teor dos dois documentos, que também foram enviados ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça e à Secretaria de Segurança Pública.

Ao contrato inicial assinado em 1998 entre o governo estadual e a Montreal Informática, já foram feitos vários termos aditivos. Num dos últimos, ano passado, o governo aceitou pagar mais de R\$ 13 milhões para incluir no programa os 18 mil presos que cumprem pena nas cadeias. O trabalho consiste em escanear (digitalizar) as fotografias e as fichas dos detentos.

Detran admite falha e instaura processo

A fraude cometida pela mulher que conseguiu três identidades diferentes com as próprias impressões digitais está sendo investigada por ordem da 5 Vara Criminal de São Gonçalo. De acordo com os relatórios dos peritos, como Regina Célia da Cruz Ribeiro, a mulher, que responde a processos por estelionato, está registrada no IFP com o número 07627817-5. Em 2000, no Serviço de Identificação Civil do Detran, ela obteve mais duas carteiras de identidade: a primeira com o nome de Maria Regina Rodrigues, registro 20040585-0; e a segunda como Regina Célia Ribeiro, registro 20047486-4. O sistema aceitou a fraude. E mais: quando foi descoberto o erro, o Serviço de Identificação do Detran

apagou o registro 20047486-4 e transferiu o 07627817-5 para o cadastro em nome de Regina Célia Ribeiro. Algum tempo depois, as informações apagadas e adulteradas foram reinseridas no sistema.

O Detran admite que houve falhas no processo de concessão de identificação civil, mas garante já ter tomado as providências para corrigir o problema. Segundo a Diretoria de Identificação Civil do Órgão, quando um pedido de primeira via de identidade é feito, a verificação das impressões digitais fica a cargo do IFP. Somente após a checagem do instituto, o Detran emite o documento. A falha, portanto, no caso de Regina Célia, teria ocorrido dentro do IFP.

Mesmo assim, o próprio Detran também falhou ao não detectar a existência de identificação de Regina quando um novo pedido de carteira foi feito. A alegação foi de que o sistema, recém-implantado, não acusou as impressões digitais da mulher. Depois que o erro foi descoberto, foi instaurado um processo administrativo para apurar a irregularidade.

Um outro exemplo de problemas no sistema é o de Fábio Marcelo Dias, que tinha carteira de identidade expedida pelo IFP com o registro 098663519-6 e com antecedentes criminais. Ele conseguiu tirar outra identidade no Detran com o nome de Adriano de Almeida Eloy. Seu registro anterior, assim como os antecedentes criminais, foram apagados do sistema, apesar do alerta de papiloscopistas sobre a situação de Fábio Dias.

Em seu relatório, a Associação dos Papiloscopistas Policiais do Estado do Rio afirma que o controle informatizado imposto pelo Consórcio Match no serviço criminal do IFP burocratizou o trabalho, atrasando ainda mais a emissão das Folhas de Antecedentes Criminais (Facs). Os juízes do Tribunal de Justiça do Rio confirmam que o atraso na remessa das Facs continua, mas dizem que está menor.

Um documento desses poderia ser liberado em poucas horas, mas leva de quatro meses a um ano para chegar às mãos do juiz. Durante o processo, muitas vezes o juiz ameaça prender o diretor do IFP para conseguir a Folhas de Antecedentes Criminais. Mas a maioria dos juízes tem usado mesmo é o mandado de busca e apreensão para obter o documento: eles mandam um oficial de Justiça buscá-lo no IFP.

Um outro destaque do relatório se relaciona ao sistema automático de identificação por impressão digital. O original foi criado pela americana Cogentsystems, que deu licença às empresas Nec, Printak e Morpheau venderem o programa. Mas o implantado pela Montreal Informática foi o Afis alemão da Dermalog. Segundo os peritos, o programa alemão não tem eficácia comprovada como o americano. O Afis da Cogentsystems é usado pelo Serviço de Emigração dos Estados Unidos e tem em seu cadastro as digitais de 27 milhões de pessoas.

Primeiras carteiras emitidas em 1999

A Montreal Informática foi contratada com dispensa de licitação sob o argumento de que era a única empresa a trabalhar com o Afis e os equipamentos necessários à sua implantação. Depois de instalar o Serviço de Identificação Civil no Detran, passou a informatizar o arquivo criminal do IFP. As primeiras carteiras de identidade só foram emitidas no novo sistema em 20 de agosto de 1999.

O ex-governador Marcello Alencar argumentou que toda a implantação do Afis ficou a cargo do presidente do Detran à época, o coronel José Maurício Garcia. Embora disse não se lembrar da dispensa de licitação, Marcello argumentou que, se isso ocorreu, não foi de forma ilegal:

— Se houve dispensa de licitação, ela ocorreu dentro da lei e provavelmente por só haver uma empresa capaz de prestar o serviço — afirmou Marcello.

O ex-governador defendeu o ex-presidente do Detran, falecido em novembro de 2000:

— Nós transformamos o Detran, que era deficitário, em fonte de recursos para o Tesouro.

☐ Saiba mais sobre as falhas do novo sistema
